


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008743-96.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Sueli Martines Silva**
 Requerido: **Telefônica Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

SUELI MARTINES SILVA. ajuizou **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c TUTELA ANTECIPADA** em face de **TELEFÔNICA BRASIL S.A.**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que possuía duas linhas telefônicas da empresa requerida e que esta por sua vez ofereceu uma terceira linha alegando que não haveria nenhum encargo à requerente. Deixou claro à empresa ré que não tinha interesse em mais nenhuma linha adicional. Após concluir a portabilidade de suas duas linhas para outra empresa, passou a receber diversas cobranças indevidas. Assegura que restaram infrutíferas as tentativas de sanar o problema e que mesmo pagando uma conta que não correspondia ao uso real de serviços, a ré inseriu seu (autora) nome nos órgãos de proteção ao crédito.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Requeru preliminarmente a antecipação de tutela para retirada do seu nome da lista de maus pagadores e ao fim que fosse declarada a inexistência do débito e a ré condenada ao pagamento de Indenização por danos morais no valor de R\$10.000,00 e de danos materiais no valor de R\$289,35. A inicial veio instruída por documentos às fls. 11/19.

Deferida a antecipação de tutela às fls. 20.

Devidamente citada a empresa requerida apresentou Contestação alegando que; 1) atendendo a liminar concedida, o nome da autora foi excluído dos órgãos de proteção ao crédito; 2) a autora pretende se livrar do pagamento dos débitos de sua responsabilidade; 3) não houve dolo ou má-fé na cobrança do serviço, portanto não há que se falar em danos materiais nem morais; 4) a inversão do ônus da prova não tem cabimento com relação a nenhum dos fatos relevantes do processo. Requeru pela improcedência dos pedidos arguidos na exordial.

Sobreveio réplica às fls. 83/86.

As partes foram instadas a produção de provas às fls. 87. A requerida manifestou interesse em produção de prova documental, depoimento pessoal da autora e expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito (fls. 90/91). A autora não se manifestou.

Carreados às fls. 101/106, 108/109 e 192/194 respostas aos ofícios conforme requerido pelo despacho às fls. 93.

Conforme despacho de fls. 133, diante da inércia da ré quanto à degravação da mídia, esta arcará com o ônus de sua omissão. Na mesma oportunidade foi encerrada a instrução processual. A requerida apresentou alegações finais às fls. 136/155 e a autora não se manifestou.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o relatório.

DECIDO.

A questão debatida deve ser avaliada consoante os ditames do CDC.

A autora nega ter firmado negócio com o réu relativo ao número de telefone “3322-7897” e este último não fez prova do contrário; veio aos autos afirmando que o serviço foi sim contratado, mas apenas trouxe os documentos de fls. 116/125 (faturas de consumo referentes as duas linhas – 33228235 e 33227897 - e nada mais).

Deixou de degravar a mídia juntada a fls. 113, mesmo alertada das consequências do ato.

Em se tratando de “fato negativo” não nos é dado exigir da autora a demonstração do alegado. O ônus da prova da efetiva contratação, então, incumbia ao demandado, até porque, como já dito, aplicáveis ao caso as regras do CDC.

A responsabilidade do postulado, no caso, é objetiva, nos termos do artigo 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por **defeitos relativos à prestação dos serviços**, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos” (destaquei).

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, ou seja, a inexistência do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

A autora é consumidor equiparado (por ficção jurídica) consoante prevê o artigo 17 do CDC, por ter sido vítima de um “acidente de consumo”, definido como todo fato jurídico produzido por um defeito na prestação de serviços e gerador de violação a interesse de terceiros.

Como a responsabilidade da postulada é objetiva, pouco (ou nada) interessa se seus funcionários agiram ou não com culpa na formalização do contrato, devendo o valor cobrado ser declarado inexigível.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo e o serviço falho.

O dano sofrido pela autora e o nexo são claros: teve negado seu crédito por conta da restrição discutida e, não deu causa a ela.

A atuação falha da ré também me parece evidente.

Mesmo que seus funcionários tenham agido com cautela, o resultado da ação não se altera.

A responsabilidade do réu, como já dito, não está fundada na ocorrência de ato ilícito (afinal, o exercício da atividade empresarial é lícito e permitido), mas sim no risco da atividade, razão pela qual a responsabilidade é reputada objetiva por força de lei (art. 14, *caput*, CDC).

Ademais, ao contemplar as duas únicas hipóteses de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

exoneração de responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do serviço, o legislador (art. 14, § 3º, incisos I e II) nenhuma menção faz ao caso fortuito e a força maior como causas excludentes.

A respeito confira-se a lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, *in Leis civis comentadas*: atualizado até 20 de julho de 2006: RT, p. 197/198.

Temos nos autos, assim, caso típico de “fortuito interno”, ou seja, aquele fato que se relaciona diretamente com os riscos inerentes ao desempenho da atividade empresarial.

Em suma: quem contrata nessas circunstâncias responde pelos danos advindos da subsequente inscrição indevida do nome da vítima nos órgãos de restrição ao crédito, o mesmo se dando com a inserção irregular do CPF e RG da vítima do ato criminoso.

Nesse diapasão o seguinte aresto: REsp 774.640/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DF 05/02/2007, p. 247.

Assim, tem a autora direito a exclusão da negativação aqui discutida.

Urge, por fim, enfrentar o pleito indenizatório.

Consoante a prova documental trazida aos autos desde 2010 a autora frequenta a lista dos inadimplentes. A respeito confira-se fls. 193/194.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com o autor.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).

Cabe, ainda, citar o verbete da **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial apenas para **DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO** aqui discutido, no valor de R\$ 289,35 (cf. fls. 13).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

JULGO IMPROCEDENTE o pleito de **danos morais**.

Torno definitiva a antecipação da tutela, concedida a fls. 20.

Diante da sucumbência recíproca, as custas processuais serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios ao procurador da autora em R\$ 880,00 e ao procurador da requerida em R\$ 880,00.

P.R.I.

São Carlos, 12 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**